

**LEITURA E INTERPRETAÇÃO TEXTUAL:  
COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS  
AO TRABALHADOR DA AGROINDÚSTRIA?**

*Gilmar Vieira Martins (IFAP)*  
[gilmar.martins@ifap.edu.br](mailto:gilmar.martins@ifap.edu.br)  
*Sandra Gregório (UFRJ)*  
[gregorio.sandra@gmail.com](mailto:gregorio.sandra@gmail.com)

**RESUMO**

Esta pesquisa foi realizada com o intuito de analisar assuntos pertinentes a área de linguagens. Através da ótica da educação, dentro do campo de trabalho de pessoas que lidam diariamente com a quebra e limpeza da castanha-do-brasil no município de Laranjal do Jari no Estado do Amapá. O enfoque principal atentou para as possibilidades da existência de relação da leitura, escrita e interpretação de textos, entre as pessoas que estão lotadas na área de quebra e limpeza da castanha na Cooperativa Mista Agroextrativista de Laranjal do Jari – COMAJA, e a relação com o trabalho que desenvolvem neste setor. A escolha entre as situações já mencionadas considerou o trabalho em uma área onde existe o menor grau de escolaridade entre os colaboradores da cooperativa. Buscamos entender se é necessário haver competências de leitura, escrita dentro do setor de quebra e qual sua relação com o trabalho manual exercido pelas quebradeiras que desempenham a função já em comento. Assim procuramos fundamentos de nossos apontamentos em conceituados estudos feitos nas áreas de linguagem e educação. Conhecer mais sobre a vida dessas pessoas e os diversos motivos que as levaram a trabalhar na cooperativa também foi considerado para conclusão de nossa hipótese. Contudo, ficou evidente que a relação de escolaridade com o trabalho desenvolvido no setor não sofre muita influência dos itens postos em verificação, quando analisados a função desempenhada pelo trabalhador e seu grau de escolaridade.

Palavras-chave: Leitura. Interpretação de textos. Agroindústria. Trabalhador.

**1. Introdução**

Antes de tecermos considerações sobre texto, leitura e construção de sentidos, é necessário que falemos um pouco sobre a linguagem. Pre-

cisamos reconhecer o que é linguagem, iniciando uma tomada de entendimento sobre posicionamentos relacionados ao que seja “língua”, pois a partir de um determinado grau de compreensão é possível entendermos um pouco sobre o processo de leitura, escrita, construção de sentidos em textos escritos e orais e outros vieses que estão diretamente relacionados ao processo de linguagem.

A linguagem é a expressão do pensamento. Essa concepção ilumina, basicamente, os estudos tradicionais. Se concebermos a linguagem como tal, somos levados a afirmações sobre pessoas que não conseguem se expressar não pensam. Mas do ponto de vista, onde temos a linguagem como instrumento de comunicação, vemos que ela está ligada à teoria da comunicação e esta vê a língua como um código ou conjunto de signos que se combinam segundo certas regras capaz de transmitir ao receptor certa mensagem, em livros didáticos, é a concepção confessadas nas instruções do professor, nas introduções, nos títulos, embora em geral seja abandonada nos exercícios gramaticais, contudo contemporaneamente a linguagem é vista como uma forma de interação, tida como um lugar de relações humanas. Por meio dela, o sujeito que fala é o mesmo praticante de ações que não conseguiria levar a cabo, a não ser falando, com ela o falante age sobre o ouvinte, constituindo compromissos e vínculos que não preexistiam antes à fala.

Neste trabalho, como referencial teórico abordaremos preferencialmente a linguagem como forma de interação entre sujeitos socialmente situados em seu espaço de vida. É necessário o entendimento da linguagem como interacionista, pois o profissional que atua diretamente com ela precisa ser um sujeito e se acreditar como alguém que, pesquisa, observa, levante hipóteses, analisa, reflete, descobre, aprende, apreende, reaprende. E tudo possibilitado através do uso da língua quer seja em circunstâncias de oralidade, de leitura, de escrita ou mesmo de reescrita.

Sendo perceptível o caráter social da linguagem, é através dela que nós conseguimos nos reconhecer enquanto seres sociáveis e sociais, em que aquele que fala ou escreve é um sujeito que, em determinada situação, interage com um interlocutor, levado por um objetivo, uma intenção, uma necessidade de interação. A relação sobre a questão interação, da interlocução na realidade invoca a consideração que toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato que precede de alguém, como pelo fato que se dirige a alguém. É ela que constitui justamente o produto da interação entre o locutor e o ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação a outro.

Entendida como atividade constitutiva do conhecimento humano a linguagem não apenas é estruturada pelas circunstâncias e referências do mundo social, é ao mesmo tempo estruturante do nosso conhecimento e extensão (simbólica) de nossa ação sobre o mundo. Ou seja, podemos dizer da linguagem que ela é uma ação humana já que ela predica, interpreta, representa, influencia, modifica, configura, contingência, transforma, na mesma proporção que ela atua sobre a linguagem.

É imprescindível considerações sobre todo o processo de linguagem tem como referente a língua. Ela pode ser analisada de vários ângulos teóricos, neste trabalho especificamente será adota posicionamento, considerando a realização de produção textual dentro de oficinas de leitura e produção a ser fomentada em capítulos posteriores, a perspectiva sociointeracionista.

A identidade se constrói na relação entre o sujeito e o sistema, entre a socialização e a produção do social. Assim, com este trabalho tivemos como objetivo geral encontrar informações que nos remetesse à possibilidade de verificação se desenvolvimento das características de habilidades de leitura e interpretação textual em língua portuguesa poderia de algum modo, auxiliar na produtividade da mão de obra, na cadeia produtiva da castanha-do-brasil da Cooperativa Mista Extrativista Vegetal do Vale do Jari (COMAJA).

Assim, os seus objetivos específicos contemplaram: encontrar apontamentos que nos levasse a conhecer o nível de entendimento sobre leitura dos sujeitos submetidos à pesquisa; demonstrar a eles a dinâmica que há dentro do processo de comunicação; fazer entender que o ato de ler remete ao de interpretar o que foi lido e aperfeiçoar a habilidade de leitura e interpretação de acordo com o contexto, propiciando condições para o desenvolvimento da leitura e da interpretação.

## **2. Fundamentação**

### **2.1. A língua enquanto meio de interação**

Conforme Geraldi (1997, p.312) no início, o interacionismo em linguística foi uma reação ao posicionamento teórico externalista contra o psicologismo que estava contagiando a ciência da linguagem em meados do século XX. Em sentido abrangente do termo são considerados interacionistas os domínios da linguística como a sociolinguística, a pragmática, a psicolinguística, a semântica enunciativa, a análise da conver-

sação, a linguística textual, a análise do discurso que se pautam por uma posição externalista a respeito da linguagem, isto é, que se interessam não apenas ou tão somente pelo tipo de sistema que ela é, mas pelo modo através do qual ela se relaciona com seus exteriores teóricos, com o mundo externo, com as condições múltiplas e heterogêneas de sua constituição e funcionamento. A seguir o interacionismo foi posicionado como uma das perspectivas mais produtivas, seja estimulando e marcando de forma explícita as relações linguísticas com outras áreas do conhecimento, investindo de interesse para o campo, certas categorias como “ação”, “outro”, “prática”, “sociedade”, “cognição”, seja promovendo análises pluridisciplinares em torno do fenômeno linguístico e obrigando os linguistas a refletir de forma sistemática sobre seu próprio objeto.

Entretanto nossa natureza social não permite que escapemos da interação. A partir daí, restaria apreender a diversidade da relação que se estabelece no seio de uma determinada interação humana, já que válido saber se ela é circunstanciada pela relação entre interlocutores. Segundo Mussalim e Bentes (2004, p. 313) poderíamos tentar obter alguma resposta para a seguinte questão: se o que chamamos de interação “resulta na verdade de uma espécie de compilação dos processos diversos existentes no âmbito das práticas humanas”, com base em que termos podemos destacar alguns aspectos (como o verbal, por exemplo) de sua constituição e correr o risco de apagar por meio de uma opção metodológica ou de um recorte teórico sua realidade multifacetada, caracterizada pela coexistência de processos sociais, psicológicos, contextuais, culturais, interpessoais, conjecturais, cognitivos etc. Ainda para eles, se não pudermos simplesmente recusar a afirmação, segundo a qual, toda ação humana procede da interação<sup>5</sup>.

## 2.2. A língua oral

Uma das manifestações iniciais de situações de uso da fala acontece na família. É o começo da descoberta do entendimento, é frequente acontece pelo reconhecimento das coisas e das pessoas através dos nomes, ainda que pronunciados de modo monossilábico por uma criança que está em processo de construção da língua oral, contudo a seguir sur-

---

<sup>5</sup> Segundo do dicionário Houaiss o termo “interação” é a influência ou ação mútua entre coisas e/ou seres. A interação é vista como algo que influencia e sofre influência. Neste sentido pode ser confundida com interacionismo.

gem as necessidades características desse processo a serem atendidas: o balbucio para articulação de papai, mamãe, até chegar a formulação de palavras corretas, frase, orações e assim por diante, após determinada idade ela já consegui construir um diálogo com seus entes. A oralidade vai sendo incorporada naturalmente, conforme a maturidade do corpo humano,

Marcuschi (2001) afirma que “a fala<sup>6</sup> é uma atividade muito mais central do que a escrita no dia a dia da maioria das pessoas”, porém é grande o espaço existente entre a língua oral e a língua escrita. Sabendo-se que um dos primeiros contatos do ser humano, durante o processo de desenvolvimento comunicativo é com a oralidade e não com a escrita, fica evidente a necessidade inicial de uma centralização oral da comunicação opondo-se, desse modo, ao processo de escrita, dada a conhecer em outro instante da vida. Para Terra (1997, p. 20) Mesmo que cada falante seja proprietário de sua fala, o uso da língua através da fala sofre restrições intrínsecas e extrínsecas. A restrição intrínseca é a derivada da estrutura da língua, que limita as várias possibilidades de uso através de regras. Já a restrição extrínseca são as restrições impostas pelos grupos de falantes, ou por pessoas que ditam regras para seu uso.

Assim, acreditamos que é notadamente perceptível a oralidade como uma prática social interativa comum, apresentada em várias formas e obviamente sua fundamentação se realiza diretamente na sonoridade. O acontecimento dentro do uso da linguagem oral ocorre desde a realização mais informal até o uso mais formal da fala, e acontece em uma variação de contexto de uso.

O texto oral é atividade básica da língua em uso. Ele é produto imediato do processo comunicativo linguístico e só recentemente começaram a ser definidos alguns conceitos mais específicos sobre essa modalidade de língua. Há uma tentativa de consenso entre linguistas, procurando definir alguns aspectos liga à oralidade. Os pesquisadores estão buscando esse consenso a partir de conceitos de coesão e coerência, admitindo-se uma diferença entre coesão/coerência na escrita e coesão/coerência na linguagem oral. (BEZERRA *apud* MARCUSCHI, 2009, p. 86-87).

---

<sup>6</sup> Fala é um conjunto de sons sistematicamente articulados e significativos. Ela é uma forma de produção textual para fins comunicativos. (MARCUSCHI, 2001, p. 25).

De qualquer modo salientamos que a oralidade é uma forma de aprendizagem espontânea podendo ser contemplada na necessidade de observação, já que mesmo pessoas comumente denominadas de “analfabetas” apropriam-se de condições que envolvem a fala, visto que cada um, dentro de uma sociedade, precisa participar e desenvolver habilidades que possam ser utilizadas no trabalho ou em seus relacionamentos.

Segundo Fávero (2005, p. 10), historicamente, a escrita era considerada a verdadeira forma de linguagem e a fala, por ser mais flexível, não constituía objeto de estudo. Só depois de 1960 é que a linguagem falada deixou de ser considerada uma mera verbalização. A língua é um processo inacabado, resultado das construções do passado e do presente, e passou a ser incorporada as análises textuais. Observando as condições de cada atividade interacional.

Como afirma Geraldini (2006, p. 28) língua, enquanto produto desta história e enquanto condição de produção da história presente vem marcada pelos seus usos e pelos espaços sociais destes usos. Neste sentido a língua nunca pode ser estudada ou ensinada como produto acabado, pronto, fechado em si mesmo.

Neste aspecto somos levados a perceber a existência de sociedades sem escrita, porém sem língua, ainda não temos conhecimento de tal. Pois, na língua temos a realização de quase todos os atos de vida em sociedade, contudo é na escrita que efetivamente se constroem a concretização de eventos linguísticos. Assim, considerando que a linguagem surge num contexto de construção da organização social, o processo de construção da linguagem permite a construção do pensamento. Então é sensato salientarmos que se a língua fosse algo fixo e pronto, um fenômeno acabado, seria morta, considerando que ela está em um processo contínuo de (des)construção e reconstrução.

Ainda para Marcuschi (2003, p. 17) “sob o ponto de vista mais central da realidade humana, relata a possibilidade de definir o homem como um ser que fala e não como um ser que escreve”. Porém, não podemos considerar a fala como superior, pois tanto escrita como oralidade são práticas importantes da língua, cada uma com suas próprias características. Para ele a oralidade seria uma prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob várias formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora; ela vai desde uma realização mais informal a mais formal, nos mais variados contextos de uso.

Deste modo temos a oralidade sendo construída dentro das relações sociais. Nós participamos de situações sociais, desde nosso nascimento e, cabe nos orientar de um modo diferente em cada situação comunicativa. O contexto é o que predomina como determinante ao tipo de linguagem que devemos utilizar.

Conforme este mesmo autor (2001, p. 9) “são os usos que fundam a língua e não o contrário”. Notadamente a língua, enquanto aparato que serve de construção para interação social, é permeado de socialização em seu meio, por influência de todos os falantes de um dado grupo. Assim, se algo se torna “comum” em um dado momento, isso passa a fazer parte daquela língua.

Do ponto de vista da diversidade das línguas temos neste contexto uma variedade de línguas espalhadas pela terra e cada uma com suas características, trazendo dentro de si as particularidades de cada povo, nação, ou até mesmo de cada grupo social ou pessoa que a utiliza. As marcas existentes nela fazem com que seja possível a identificação de determinado grupo social ao qual o nativo pertence. Fundando desse modo as variações possíveis existentes dentro da comunicação como uso da oralidade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, PCN, (1998, p. 24), quando fala sobre o uso da linguagem e suas modalidades, nos apresenta o pensamento exposto acima de maneira mais sistematizada e como política oficial nacional na educação, na área de Língua portuguesa, a ser alcançada. Ele nos diz que ao ingressarem na escola, os alunos já dispõem de competência discursiva e linguística para comunicar-se em interações que envolvem relações sociais de seu dia a dia utilizando a oralidade, inclusive as que se estabelecem em sua vida escolar. Acreditando que a aprendizagem da língua oral, por se dar no espaço doméstico, não é tarefa da escola, as situações de ensino vêm utilizando a modalidade oral da linguagem unicamente como instrumento para permitir o tratamento dos diversos conteúdos o que inviabiliza qualquer tentativa de utilização de texto oral dentro da sala de aula.

Ainda conforme os PCN, coloca-se de lado a língua oral, como se as pessoas já estivessem desenvolvido todas as competências linguísticas necessárias antes mesmo de chegar na escola e que tais competências fossem suficientes para interação em sua vida social.

### 2.3. Fala e escrita: um *continuum*

É fato que das três mil línguas faladas hoje, somente setenta e oito, aproximadamente, têm uma literatura. Isso demonstra que algumas culturas prezam mais a língua oral do que a escrita. Entretanto cada sociedade promove, à sua maneira, os modos de preservar sua história, sua cultura, sua vida, quer seja utilizando a escrita ou a oralidade para esse fim.

Quais são as similaridades ou diferenças existentes entre essas duas modalidades de língua, a escrita e a oral?

A partir deste tópico teceremos comentários sobre ambas as modalidades, destacando suas peculiaridades de acordo com as visões contemporâneas apresentadas por de Antunes (2009), Koch (2009), Marcuschi (2008), Ferreira (2007) entre outros.

Segundo Ferreira (2007, p. 6), a partir da década de 80 do século XX, houve uma mudança em relação à oralidade e escrita no Brasil como reflexo de estudos dentro e fora do Brasil, até então eram vistas com dicotomias. “A escrita era vista como representação da fala e percebia-se certa supremacia cognitiva da escrita sobre a fala”.

Partimos então da ideia que encontrar diferenças entre língua oral e língua escrita, está diretamente ligado à noção que se tem do papel dessas duas modalidades de língua e seus usos no dia a dia. Portanto Há de se entender que não há duas línguas e sim um contínuo onde a escrita se contrapõe à oralidade. Todas seguindo características particulares de construção. Assim a escrita é um modo de produção textual-discursiva para fins comunicativos com certas especificidades materiais e se caracteriza por sua constituição gráfica, embora envolva também recursos de ordem pictórica e outros.

De acordo com Marcuschi (2001, p. 26), a língua escrita pode se manifestar do ponto de vista de sua tecnologia, por unidades alfabéticas (escrita alfabética), ideogramas (escrita ideográfica) ou unidades iconográficas, sendo que no geral não temos uma dessas escritas pura. Trata-se de uma modalidade de uso complementar da fala.

Entretanto é fato que há diferenças entre a fala e a escrita, contudo podemos perceber que as peculiaridades existentes em uma e outra são atributos que possibilitam uma caracterização individualizada em ambas. As dissimilaridades são oportunas para uma visualização, tanto no campo

semântico quanto no sintático porque nos apresenta a real complementação do continuum existente entre elas.

Assim, para nós, a fala e a escrita representam dois postos diferenciados de um contínuo, no meio dos quais se instituem os mais variados tipos de interação verbal, as diferenças entre fala e escrita se dão dentro do *continuum* tipológicos das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois polos opostos, ou seja, fala e escrita não são diferentes e sim complementares. Portanto é de se imaginar que a comunicação permite diversas modalidades de ação social, pois a escrita possibilita uma variedade de trocas entre as pessoas. Em virtude de cada situação de comunicação, dos objetivos e dos papéis que os envolvidos assumem a escrita pode tomar diferentes sentidos.

Para Doltz (2010, p. 15) a escrita mobiliza múltiplos componentes cognitivos. É por isso que ela pode ser considerada uma atividade mental. Para escrever precisa-se de conhecimento sobre conteúdo temático a abordar. Assim como de conhecimento sobre a língua e sobre as convenções sociais..., [...] Portanto a prática da escrita exige atividades de reflexão e objetivação a linguagem e do sistema de ensino.

Desse modo vemos que a cognição é inevitável durante o processo de elaboração de produção escrita é ela que possibilita a ação da criatividade na efetividade da língua. O cérebro comanda as informações que devem ser transcritas, com isso torna-se possível a transmissão da língua através dos signos linguísticos, mas temos que nos ater a condição de que é com a língua escrita que nasce a necessidade maior de concentração por parte de quem escreve, pois nesta situação considera-se a necessidade de reflexão sobre escolha dos verbetes, a maneira como as palavras são escritas dentro da frase, como ela faz relação com as outras e assim sucessivamente. Há toda uma necessidade de arranjos para que a estrutura construída seja compreensível a quem irá lê-la.

Para Ferreira (2007) e texto escrito é produzido utilizando-se de marcas, pegadas, que mostram ao leitor como deve tratar determinadas partes do seu objeto de leitura.

Junto a esse conceito temos a existência

Na escrita, as pistas de contextualização podem ser exploradas por escritores habilidosos que exploram alguns recursos, como: aspas – para determinar ironia, ceticismo ou distanciamento crítico; o uso de sinais de exclamação, para veicular ênfase; uso de recursos gráficos, para designar tipos de conteúdos. Porém, assim como na fala, a escrita tem “sua própria maneira de se or-

ganizar, desenvolver e transmitir informações, o que permite que se a tome como fenômeno específico” (MARCUSCHI, 1983, p. 4).

A essas pegadas deixadas dentro de qualquer texto, conhecidas por apresentar aspecto sonoro e gráfico, o essencial é a percepção de que a fala juntamente com a escrita são atividades comunicativas, não ficando restrito ao plano do código. Pois são de eventos comunicativos e não produtos. Essas duas dimensões têm importâncias sociais muito significativas na vida humana.

#### **2.4. Interações através de textos escritos e orais**

Para Ferreira (2007, p. 11) o conceito de texto “varia conforme a perspectiva teórica que se adote para a concepção de língua”. Assim, para a língua vista como representação de mundo e de pensamento, tem-se texto como produto lógico do pensamento, contudo para a língua como código, usada enquanto instrumento de comunicação, tem-se texto como produto de decodificação a ser decodificado pelo leitor/ouvinte – é totalmente explícito, basta o conhecimento do código, para língua como ação dialógica, tem-se texto como o próprio lugar de interação e os interlocutores são sujeitos ativos que nele se constroem e são construídos – assim, cabem os implícitos dos mais variados tipos detectáveis pelo contexto sócio cognitivo.

Para Koch (2009, p. 33) o texto pode ser visto focalizando-se alguns pontos principais, tais como: foco na língua, foco no escritor, e foco na interação. A esses princípios identificáveis de textos teceremos considerações a seguir.

De imediato, foco na língua, o texto é visto como representação do pensamento e o sujeito como senhor absoluto de suas ações e de seu dizer. O texto é visto como um produto lógico do pensamento do escritor. Encontra-se nesse conceito uma concepção de língua como um sistema pronto, acabado, devendo o escritor se apropriar desse sistema e de suas regras. Nessa concepção de sujeito como (pré)determinado pelo sistema, o texto é visto como simples produtos de uma decodificação realizado pelo escritor a ser decodificado pelo leitor, bastando a ambos para tanto, o conhecimento do código utilizado. Nesta concepção não há espaço para implicitudes, uma vez que o uso do código é determinado pelo princípio da transparência: tudo está dito no dito, ou em outras palavras, o que está escrito é o que deve ser entendido. Temos somente a língua como instrumento de comunicação.

Contudo, como foco no escritor, a língua é remetida a um sujeito psicológico, individual, dono e controlador de sua vontade e de suas ações. Sujeito visto como ego que constrói uma representação mental, “transpõe” essa representação para o papel. Desejando que seja absorvida pelo leitor do mesmo jeito que foi pensado.

Nessa concepção a língua é vista como representação do pensamento onde o sujeito é senhor absoluto de suas ações e de seu dizer, o texto é visto como um produto lógico do pensamento do escritor. A escrita é entendida como uma atividade por meio da qual aquele que escreve expressa seu pensamento, suas intenções, sem considerar as experiências e os conhecimentos do leitor ou a interação que envolve esse processo. Levando, desse modo o leitor a construção de inferências que não poderão ser utilizadas durante o processo de leitura.

Mas, o mais importante de todos contemporaneamente é o foco na interação, pois nesta concepção a escrita é vista como produção textual, onde a realização exige do produtor a ativação de conhecimentos e a mobilização de várias estratégias. Isso significa que o produtor “pensa” no que vai escrever e em seu leitor, depois escreve, lê o que escreveu, revê ou reescreve o que julga necessário em um movimento constante guiado pelo princípio interacional.

Na concepção interacional da língua, tanto aquele que escreve quanto aquele para a quem se escreve, são vistos como atores e construtores sociais, sujeitos ativos que – dialogicamente – se constroem e são construídos no texto. Em um texto, nesta perspectiva, podemos considerar que houve um evento comunicativo no qual ocorrem fatos linguísticos, cognitivos, sociais e interacionais.

Assim, nessa representação, a escrita é vista como uma atividade com demandas da parte de quem escreve a utilização de estratégias como: Ativação de conhecimento sobre os componentes da situação comunicativa; Seleção, organização e desenvolvimento de ideias; “balanceamento” entre informações explícitas e implícitas, informações novas e dadas contextualmente; Revisão da escrita ao longo de todo o processo objetivada pela interação que o escritor pretende estabelecer com o leitor.

Podemos observar que esses planejamentos servem para dinamizar o entendimento entre ambos os lados da construção do texto. O sentido da escrita é o produto dessa interação e não resultado apenas do uso do código livremente por um dos lados.

Assim, o resultado da produção textual considera, segundo a mesma autora, a escrita é um trabalho no qual o sujeito tem algo a dizer e o faz sempre em relação a um outro, que está no papel de interlocutor, com um certo propósito. Em razão do objetivo pretendido, do quadro espaço temporal (transitando sempre em mente com as relações onde? quando?) e do suporte de veiculação, o produtor elabora um projeto de dizer e desenvolve esse projeto, recorrendo a estratégias linguísticas, textuais, pragmáticas, cognitivas, discursivas e interacionais, vendo e revendo, no próprio percurso da atividade, a sua produção.

Temos em Koch e Travaglia (1999, p. 8-9) considerando texto como uma unidade linguística perceptível pela visão/audição, tomada pelos usuários da língua, seja o falante/ouvinte, escrito/leitor, em uma situação de comunicação específica; como uma unidade de sentido e preenchendo uma função comunicativa reconhecível ou reconhecida, independente de sua extensão.

Para Costa Val (2006, p. 4-5) a definição de texto ou discurso é “ocorrência linguística falada ou escrita, de qualquer extensão, dotada de unidade sociocomunicativa, semântica e formal.” Portanto, um texto é uma unidade linguagem em uso, cumprindo uma função identificável em um jogo de atuação sociocomunicativa. Ainda para ela um texto pode ser bem compreendido se avaliado sob três aspectos: pragmático – com função informal e comunicativa; semântico-conceitual – sob o aspecto da coerência e formal – sob o aspecto da coesão.

Considerando as peculiaridades expostas acima e encontradas dentro dos textos podemos dizer que dentro do texto deve ser encontrado uma gama de informações, conhecidas e que fazem parte do mundo do leitor. Fazendo-o notar que estes não são produtos prontos e acabados, mas adquirem uma complementação quando chegam ao leitor. Assim ele, o leitor, precisa deter algumas informações para poder conseguir construir sentidos ao texto.

Segundo Marcuschi (2008, p. 72) o texto pode ser tido como um tecido estruturado, uma entidade significativa, uma entidade de comunicação e um artefato sócio-histórico. Segundo ele pode-se afirmar que o texto é uma (re)construção de mundo e não uma simples refração ou reflexo.

Mas para Bakhtin (1992) o texto “refrata o mundo” e não reflete, porém a este pensamento, Marcuschi (2008) explicita que o texto refrata o mundo na medida em que o reordena e o reconstrói em cima da língua

oral e da escrita. Ensina que as duas modalidades discursivas de língua são igualmente relevantes e fundamentais.

Temos nesses casos as diversas possibilidades de construção nessa busca de entendimento entre as variáveis existentes na formação da interação entre texto-leitor-texto.

### **3. Conclusões**

De acordo com Antunes (2009), podemos entender que a aprendizagem acontece por meio de testes experimentais, e devido a isso, alteramos nosso entendimento anterior sobre algo quando mudamos nosso comportamento, sendo assim, é fundamental lembrar que para a aprendizagem acontecer e assim despertar a necessidade de construção de aquisição de mais conhecimento através da leitura, é imprescindível que aconteça uma interação ou troca de experiências do indivíduo com seu ambiente, que pode ser a comunidade, a escola, o grupo de social, a família e etc.

Desse modo podemos inferir que as múltiplas formas em que a inteligência humana é desenvolvida reverbera em um novo conceito para a o verbete. A relação entre genética e vivência pode construir as variáveis existentes no padrão de inteligência entre um ser e outro. Mas toda a concepção múltipla é tida como fato diretamente ligado ao universo do desenvolvimento humano.

As experimentações apontaram desenvolvimento de expectativas levantadas e mostraram que existe um enorme potencial a ser despertado dentro do setor pesquisado. Se o corpo de trabalhadores se propuser a continuar com os estudos há variáveis que mostram a condição eminente de progresso intelectual a todas as envolvidas.

Entretanto, no aspecto relacionado a oralidade e a escrita as participantes apresentaram, o que Marcuschi (2001), Terra (1997), Bezerra (2009), Antunes (2009) e outros, chamam de centralização da oralidade em detrimento da escrita. Por ser a atividade oral elemento básica da língua em uso, pois sendo ela produto imediato do processo comunicativo linguístico, facilitada pela biologia do desenvolvimento humano, mas ainda há tentativas de consenso entre linguistas, procurando definir alguns aspectos liga à oralidade, é notório a frequência de uso desta em relação à língua escrita. Os pesquisadores estão buscando um consenso a partir de conceitos de coesão e coerência, admitindo-se a existência de

diferença entre coesão/coerência na escrita e coesão/coerência na linguagem oral. Assim, a oralidade é um dos elementos que ajudam no desenvolvimento da aprendizagem e devido a caracterização de interação existente na fala, construída dentro das relações sociais, bem como na escrita, e podemos salientar, desse modo, a necessidade de aperfeiçoamento por parte do grupo em estudo, nesse continuum para que possam aprender a lidar de forma coerente com a linguagem nas mais variadas circunstâncias em que seja necessário o uso da oralidade ou escrita dentro das relações humanas.

E nesse aspecto o Instituto Federal do Amapá, IFAP, *campus* Laranjal do Jari, tem fomentado, junto a administração da COMAJA, a possibilidade de oferecer cursos de capacitação à mão de obra utilizada dentro da cooperativa. O programa mulheres mil<sup>7</sup>, do Governo Federal, desenvolvido dentro do *Campus* de Laranjal do Jari, disponibilizou no ano de 2012, cerca de 30 vagas para cursos de aperfeiçoamento e capacitação para mulheres de baixa renda de todo Vale do Jari, dentre as quais 10 mulheres foram provenientes da cooperativa. Elas, ao final do curso, apresentaram bom desempenho. Sendo assim em relação às competências apontadas pela proposta curricular para educação de jovens e adultos encontramos pessoas que já as desenvolveram, mas é um percentual pequeno dentro do universo amostral pesquisado.

Entretanto todo o grupo pesquisado demonstrou preocupação com a formação escolar, principalmente as que não concluíram nenhum das modalidades de ensino e disseram que pretendem continuar estudando, contudo a maioria, considerando as que já concluíram o ensino fundamental e o ensino médio, dizem não ter mais vontade de estudar e que continuar trabalhando é o suficiente.

Conforme Moraes (2010) as coisas não mudam na escola, principalmente pelas dificuldades enfrentadas por todas aquelas que nela exercem suas atividades profissionais ou não, ao tentarem se adaptar a uma nova cultura de trabalho, que, por sua vez requer uma profunda revisão na maneira de ensinar e aprender, às vezes a pessoa não se adapta aos modos de lidar com os estudos e isso pode leva-las a deixar a escola. No caso das quebradeiras de castanha da COMAJA, não apresentam muitas características pertinentes a pessoas escolarizadas, conforme podemos

---

<sup>7</sup> A meta é garantir o acesso à educação profissional ao sexo feminino e à elevação da escolaridade, de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das regiões.

depreender durante o desenvolvimento da pesquisa. E isso pode ser atribuído há vários fatores, desde a falta de acesso à escola regular, até o abandono da mesma devido à necessidade de trabalhar e estudar simultaneamente. Contudo nota-se que as colaboras apresentam interesse em continuar estudando. É notório o entendimento entre eles da importância que tem a educação para a vida do ser humano. Nas falas delas, fica evidente a formação do conceito de letramento descrito por Kleiman (2010) e Almeida (2010), entretanto, percebemos que a possibilidade de investimento nos estudos ainda fica somente no plano das ideais.

Agora, redimensionando toda a estratégia didática para atender a essa demanda, é necessário que haja cooperação entre os dois lados envolvidos, a escola e o aluno. Com esse objetivo é ministrado no IFAP o curso médio técnico em comércio na modalidade profissionalizante para jovens e adultos direcionado àquelas pessoas concluintes de ensino fundamental e que desejam concluir o ensino médio técnico na modalidade PROEJA. O curso tem a duração de quatro anos e em sua grade curricular tem a contemplação de vários módulos relacionados à linguagem. Os alunos provenientes da cooperativa, alvo deste trabalho, recebem incentivos de seus superiores para irem ao Instituto e se candidatarem às vagas, quando são lançados os editais com a oferta de vagas, contudo há um número baixo de procura para ingresso no curso.

O curso técnico em comércio do IFAP é ministrado no período da noite e todas as pessoas que ingressam nele, além de receberem apoio da instituição para continuar a estudar, o governo federal proporciona a eles auxílio financeiro para que possam custear despesas com traslado, alimentação e outras, mas mesmo assim a evasão no primeiro ano, em 2012, ficou em média entre trinta a quarenta por cento. Visualizando dessa maneira, entendemos que as transformações podem acontecer dentro do público pesquisado, mas a influência da leitura quando relacionada à modificação da forma como as pesquisadas estão desenvolvendo o trabalho dentro da COMAJA não faz muita diferença ao trabalho manual praticado por elas, já que em quase cem por cento de seu tempo nos afazeres laborais, a atividade é mecânica e repetitiva. Contudo a relação de escolaridade e influência na vida delas pode se dar quando elas são promovidas entre um setor e outro, pois as que apresentaram maior nível de escolaridade são postas em trabalhos administrativos que envolvem cálculos, leitura, análises e etc. Mas no trabalho de quebra e limpeza da castanha a significatividade de titulação escolar influência pouco ou em nada no desempenho das mulheres que trabalham na COMAJA.

É necessário que as pessoas envolvidas na tarefa de estudar e ascender profissional e pessoalmente na vida consiga dimensionar a oportunidade que lhes aparece e fazer delas um objeto de conquista, comprometendo-se de fato com a sua própria educação, pois as chances para crescimento são criadas e alguns não as vêem como algo que valha a pena abraçar e desperdiçam as oportunidades.

#### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. *Práticas de leituras para neoleitores*. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2010.

ANTUNES, Irlandé. *Aula de português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola. 2009.

BAGNO, Carlo. *Preconceito linguístico: como é, como se faz*. 49. ed. São Paulo: Loyola. 2007.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Trad.: M. E. G. Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 277-326.

BARBOSA, José Juvêncio. *Alfabetização e leitura*. São Paulo: Cortez, 1991.

BARBOSA, Maria Lúcia de Figueiredo et al. *Práticas de leitura no ensino fundamental*. Belo Horizonte: Autêntica. 2006.

BEZERRA, José Enildo Elias. *A questão de oralidade na educação de jovens e adultos – um estudo de caso*. Olinda: Livro Rápido, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <[http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)>. Acesso em: 02-12-2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental *Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos: segundo segmento do ensino fundamental: 5ª a 8ª série: introdução*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

COSTA VAL, Maria da Graça. *Redação e textualidade*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

*DICIONÁRIO Houaiss conciso*. São Paulo: Moderna, 2011.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

DOLZ, Joaquim et al. *Produção escrita e dificuldades na aprendizagem*. Campinas: Mercado das Letras, 2010.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE Maria Lúcia C. V. O.; AQUINO, Zilda G. O. *Oralidade e escrita: perspectiva para o ensino de língua materna*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FONTANA, D. *Psicologia para professores*. São Paulo: Loyola, 1998.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 23. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

GERALDI, João Wanderley. *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 1997.

\_\_\_\_\_. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. 10. ed. São Paulo: Parábola, 2003.

LAKOMY, Ana Maria. *Teorias cognitivas da aprendizagem*. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Ibepex, 2008.

LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

KOCH, Ingedore Villaça. ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: Os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. *Desvendando os segredos do texto*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KLEIMAN, Ângela. *Aspectos cognitivos da leitura*. 13 ed. Campinas: Pontes. 2010.

\_\_\_\_\_. *Preciso ensinar letramento? Não basta ensinar ler e escrever? Linguagem e letramento em foco: linguagem nas séries iniciais*. CEFIL/IEL/Unicamp, 2005-2010.

\_\_\_\_\_. *Oficina de leitura: teoria e prática*. 10. ed. Campinas: Pontes, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; DIONÍSIO, Ângela Paiva. *Fala e escrita*. 1. ed., 1. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

\_\_\_\_\_. *Linguística do texto: como é e como se faz*. Recife: UFPE, 1983.

\_\_\_\_\_. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: MACHADO, Ana Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucena, 2002.

\_\_\_\_\_. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

\_\_\_\_\_. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

MORAES, Maria Cândida. *O paradigma educacional emergente*. 14. ed. Campinas: Papirus 2010.

MUSSOLIM, Fernanda. BENTES, Anna Cristina. *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004, 3 vol.

OLIVEIRA, José Ademir. A cultura nas (das) pequenas cidades da Amazônia Brasileira. *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, 2004.

PORTO, Márcia. *Um diálogo entre os gêneros textuais*. Curitiba: Aymara, 2009.

SCLIAR, Moacyr. *Um olhar sobre a cultura brasileira: A língua portuguesa*. Disponível em: <<http://falar-portugues.blogspot.com/2005/09/lingua-portuguesa-por-moacyr-scliar.html>>. Acesso em: 14-01-2014.

SILVA, Lilian Lopes Martin da. *A escolarização do leitor: a didática da destruição da leitura*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986

SOARES, Magda Becker. O que é letramento. Diário do Grande ABC, São Paulo, 17 de ago. 2003. *Diário na Escola*, Caderno 3, p. 3.

SOLÉ, Isabel. *Estratégias de leitura*. 6. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

TERRA, Ernani. *Linguagem, língua e fala*. São Paulo: Scipione, 1997.

TRAVAGLIA, Luis Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTANA NETO, J. A. *Discursos e análises*. Salvador: Universidade Católica de Salvador, p, 11-22.